

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 106.168 - BA (2018/0324624-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : ISRAEL CONCEIÇÃO CERQUEIRA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por **ISRAEL CONCEIÇÃO CERQUEIRA** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

O recorrente foi preso em flagrante no dia 22/7/2018, pela suposta prática do crime de homicídio qualificado, previsto no art. 121, § 2º, I e VI, do Código Penal.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* na Corte de origem, que denegou a ordem nos termos da seguinte ementa:

"*HABEAS CORPUS* LIBERATÓRIO. Art. 121, § 2º, I e VI, do código penal. PLEITO DE INIDONEIDADE DE FUNDAMENTAÇÃO DO ÉDITO PRISIONAL. NÃO ALBERGAMENTO. ALEGATIVA DE DESNECESSIDADE DA PRISÃO CAUTELAR. NÃO ACOLHIMENTO. decreto de prisão preventiva, IDONEAMENTE, FUNDAMENTADO, HAVENDO A AUTORIDADE COATORA ALUDIDO À PROVA DA MATERIALIDADE, AOS INDÍCIOS DA AUTORIA, BEM COMO ao *modus operandi* do delito. Ordem CONHECIDA E DENEGADA.

I. O paciente foi preso, em flagrante, em 22 de julho de 2018, pela suposta prática do delito tipificado, no art. 121, § 2º, I e VI, do CP. A prisão precautelada foi, posteriormente, convertida, em preventiva.

II. Ressai dos autos que a custódia *ante tempus* exprobadamente encontra-se, idoneamente, fundamentada, com espeque, na concretude dos fatos, havendo o insigne *a quo* demonstrado o periculum decismum (ID 1652023): "[...] Consta que ao flagranteado é imputada a conduta de atacar com golpes de punhal a pessoa de Tainara, em seguida, o custodiado teria tentado o suicídio, sem êxito. Há suficientes provas de materialidade e indícios de autoria consubstanciados nos relatos dos responsáveis pela prisão e auto de apreensão acostados. De outra vertente, presente a reprovabilidade do suposto delito por meio do qual foi ceifada a vida de jovem em provável crime relativo a questões de gênero, já que aparentemente a vítima era companheira do flagranteado. A manutenção da prisão, assim, mercê da gravidade concreta da conduta, revela-se imprescindível para a garantia da tranquilidade social e sentimento coletivo de consequencialismo" (sic).

Infere-se que o édito prisional cautelar arrostado, em sendo contrário ao quanto asseverado pelo impetrante, indica, na concretude dos fatos, a necessidade de sua prolação, bem como evidencia a idoneidade da sua fundamentação.

O decreto prisional constritivo da liberdade ambulatorial do paciente indigita, minudentemente, os motivos ensejadores da prisão cautelar, havendo o eminente magistrado de origem fundamentado a predita

segregação provisória, escorado, no *modus operandi* delito, sem haver formulado um cômodo e inadmissível juízo hipotético de periculosidade.

na hipótese sob destreza, a gravidade do fato penal veio geminada ao *modus operandi* do crime.

O ilustre juiz impetrado indicou, rediga-se, nítida e precisamente, escudado na concretude dos fatos, existentes, nos autos - como era seu dever impostergável fazê-lo, os motivos necessários à decretação da medida cautelar pessoal vergastada.

II - Parecer da Procuradoria de Justiça pela denegação do writ.

III. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA" (e-STJ, fls. 57/58).

Nesta Corte, o recorrente alega sofrer coação ilegal ante a ausência de elementos que justifiquem a manutenção da custódia cautelar. Aduz precariedade da fundamentação do *decisum* que decretou a prisão preventiva sob a alegação genérica de garantia da ordem pública para assegurar a instrução criminal.

Pleiteia seja reformado o acórdão recorrido e revogada a prisão preventiva, com expedição do alvará de soltura.

O pedido de liminar foi indeferido (e-STJ, fl. 97/98).

O Ministério Público Federal manifestou-se pela manutenção da decisão impugnada (e-STJ, fls. 119-130).

É o relatório.

Decido.

Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

No caso, a prisão preventiva foi assim decretada:

"Na hipótese em apreço, tenho que os requisitos ensejadores da segregação cautelar encontram-se presentes.

Consta que ao flagranteado é imputada a conduta de atacar com golpes de punhal a pessoa de Tainara, em seguida, o custodiado teria tentado o suicídio, sem êxito.

Há suficientes provas de materialidade e indícios de autoria consubstanciados nos relatos dos responsáveis pela prisão e auto de apreensão acostados.

De outra vertente, presente a reprovabilidade do suposto delito por meio do qual foi ceifada a vida de jovem em provável crime relativo a questões de gênero, já que aparentemente a vítima era companheira do flagranteado. A manutenção da prisão, assim, mercê da gravidade concreta da conduta, revela-se imprescindível para a garantia da tranquilidade social e sentimento coletivo de consequencialismo" (e-STJ, fls. 12-13).

Na hipótese, verifica-se que a custódia provisória está suficientemente motivada na garantia da ordem pública, uma vez que o recorrente praticou crime de homicídio com golpes de punhal contra sua companheira, tentando, ainda, por fim à própria vida sem êxito, evidenciando, assim, sua periculosidade. Tais circunstâncias revelam, portanto, a necessidade do acautelamento social.

Segundo a jurisprudência do STJ, a periculosidade do agente, evidenciada

no *modus operandi* do delito, é fundamento idôneo para justificar a prisão preventiva, tendo como escopo o resguardo da ordem pública, como ocorreu na espécie.

Sobre o tema, confirmam-se os seguintes precedentes:

"RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. ROUBO MAJORADO (CONCURSO DE AGENTES, EMPREGO DE ARMA E RESTRIÇÃO DA LIBERDADE DAS VÍTIMAS) E CORRUPÇÃO DE MENORES. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. MODUS OPERANDI. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. RECURSO DESPROVIDO.

1. Para a decretação da prisão preventiva é indispensável a demonstração da existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria. Exige-se, mesmo que a decisão esteja pautada em lastro probatório, que se ajuste às hipóteses excepcionais da norma em abstrato (art. 312 do CPP), demonstrada, ainda, a imprescindibilidade da medida. Precedentes do STF e STJ.

2. Caso em que a segregação cautelar foi mantida pelo Tribunal impetrado em razão da periculosidade do recorrente, evidenciada pelo *modus operandi* do crime, pois o roubo que teria sido praticado por quatro agentes, um deles menor de idade, com emprego de armas de fogo para ameaçar as vítimas que foram trancadas em um quarto. Prisão preventiva mantida, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, para a garantia da ordem pública. Precedentes.

3. Recurso ordinário em *habeas corpus* a que nega provimento." (RHC 93.174/SP, rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, j. 10/4/2018, DJe 18/4/2018, grifou-se.)

"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. CORRUPÇÃO DE MENORES. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PERICULOSIDADE CONCRETA DO RECORRENTE. MODUS OPERANDI. RISCO AO MEIO SOCIAL. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Considerando a natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP. Deve, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos previstos no art. 319 do CPP.

2. *In casu*, presentes elementos concretos a justificar a imposição da segregação antecipada. As instâncias ordinárias, soberanas na análise dos fatos, entenderam que restou demonstrada a gravidade da conduta perpetrada, a revelar a periculosidade do recorrente que, juntamente com adolescente, abordou as vítimas, em via pública, e, mediante uso de arma de fogo, as compeliu a lhes entregar seus pertences, circunstâncias que demonstram risco ao meio social.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

3. É entendimento do Superior Tribunal de Justiça que as condições favoráveis do paciente, por si sós, não impedem a manutenção da prisão cautelar quando devidamente fundamentada.

Recurso ordinário em *habeas corpus* desprovido." (RHC 88.619/PB, rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, j. 10/4/2018, DJe 25/4/2018, grifou-se.)

Pelos mesmos motivos já delineados, entendo que é inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois a gravidade concreta da conduta delituosa e a periculosidade do paciente indicam que a ordem pública não estaria acautelada com sua soltura. Sobre o tema: RHC 81.745/MG, rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, j. 1º/6/2017, DJe 9/6/2017; RHC 82.978/MT, rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, j. 1º/6/2017, DJe 9/6/2017; HC 394.432/SP, rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, j. 1º/6/2017, DJe 9/6/2017.

Assim, demonstrados os pressupostos e os motivos autorizadores da custódia cautelar, elencados no art. 312 do CPP, não se observa constrangimento ilegal passível de ser reparado pelo Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator